



COMUNICADO DE IMPRENSA

APCP reage ao relatório da ERS sobre cuidados paliativos e exige medidas imediatas

- De acordo com o relatório da Entidade Reguladora da Saúde (ERS) mais de metade dos utentes morreram à espera de vaga em paliativos em 2024
- Portugal está há um ano sem Comissão Nacional dos Cuidados Paliativos

Lisboa, 26 de fevereiro de 2026 A Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos (APCP) considera que o relatório da Entidade Reguladora da Saúde (ERS) sobre a Rede Nacional de Cuidados Paliativos (RNCP), hoje divulgado, confirma falhas estruturais graves no acesso, na cobertura territorial e na capacidade de resposta do sistema.

O documento evidencia insuficiência de equipas, desigualdades regionais persistentes, constrangimentos organizacionais e limitações na articulação entre níveis de cuidados. Estas fragilidades traduzem-se em acesso tardio, ausência de resposta especializada em múltiplos territórios e sobrecarga das equipas existentes.

O estudo assinala ainda a necessidade de reavaliar os processos de admissão e de referenciação de utentes, em particular daqueles que necessitam de cuidados paliativos, de modo a adequar o encaminhamento às respostas existentes e a evitar encargos indevidos para os utentes. Esta conclusão reforça a urgência de melhorar a articulação entre cuidados hospitalares, cuidados de saúde primários, equipas comunitárias e unidades integradas na RNCCI, garantindo percursos assistenciais claros, proporcionais à complexidade clínica e financeiramente justos.

Perante estas conclusões, a APCP entende que o Ministério da Saúde deve assumir responsabilidade política clara e adotar medidas estruturais imediatas.

A Associação exige:

- Nomeação urgente da Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, garantindo coordenação estratégica efetiva, acompanhamento técnico e monitorização da implementação das políticas públicas na área;

- Reforço e consolidação das Equipas de Suporte em Cuidados Paliativos, quer comunitárias quer intra-hospitalares, assegurando dotação adequada de profissionais diferenciados e cobertura territorial equitativa;
- Reforço das Unidades de Cuidados Paliativos, incluindo as integradas na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), com garantia de recursos humanos, físicos e organizacionais compatíveis com as necessidades da população;
- Definição de metas nacionais com financiamento identificado e mecanismos públicos de monitorização do cumprimento das recomendações da ERS.

A ausência de decisão estruturada perpetua desigualdades no acesso a um direito consagrado na Lei de Bases dos Cuidados Paliativos. O impacto é direto sobre pessoas com doença grave, progressiva ou incurável e suas famílias, que continuam a enfrentar sofrimento evitável por insuficiência de resposta especializada. A este sofrimento acresce ainda a frustração causada pela expectativa e a vivência de um processo moroso de candidatura e espera por uma vaga que não chega. Uma situação eticamente inaceitável e juridicamente questionável.

O relatório da ERS constitui um instrumento técnico inequívoco. O momento exige execução política.

Sobre a APCP:

A Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos (APCP) é uma associação sem fins lucrativos que congrega profissionais de diferentes áreas e proveniências (medicina, enfermagem, psicologia, serviço social, reabilitação, nutrição, espiritualidade, entre outros) que se interessam pelo desenvolvimento dos Cuidados Paliativos em Portugal.